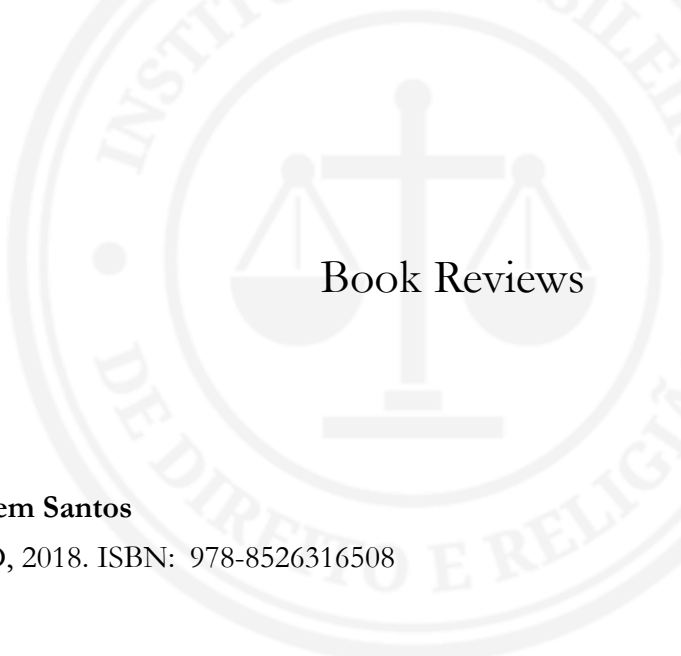


Resenhas





Book Reviews

Entre a Fé e a Política

Valmir Nascimento Milomem Santos

Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2018. ISBN: 978-8526316508

A presente resenha analisará o livro *Entre a Fé e a Política*, primeira edição publicada pela CPAD – Casa Publicadora das Assembleias de Deus (2018), de autoria de Valmir Nascimento Milomem Santos, professor do curso de pós-graduação em Direito Religioso pela Universidade Evangélica de Goiás, mestre em Teologia, graduado em Direito, especialista em Estado Constitucional e Liberdade Religiosa (Universidade Mackenzie, Universidade de Coimbra e Oxford University).

Na obra, dividida em cinco capítulos, Valmir Nascimento aborda a questão complexa entre a fé e a política, além de enfatizar a importância da participação política dos evangélicos no Brasil.

O autor defende que a religião não deve ser excluída da esfera pública e que os cidadãos religiosos têm o direito de exercer plenamente sua cidadania, inclusive a expressão de suas convicções religiosas no processo político. Ele argumenta contra a ideia de que a religião deve ser confinada ao âmbito privado, destacando o papel histórico e contemporâneo da religião na formação das sociedades e na promoção do bem comum.

Conforme relata o professor Jónatas Machado, que prefacia a obra em questão, o autor propõe uma participação virtuosa da religião na política, que influencie de baixo para cima, sem impor uma teocracia.

O livro é uma contribuição significativa para o debate sobre a presença das diferentes visões do mundo na esfera pública de uma sociedade constitucional e democrática.

Na introdução (pp. 17-21), o professor Valmir Nascimento Milomem oferece uma perspectiva instigante sobre a intersecção entre religião e polí-

tica. O autor convida o leitor a refletir sobre a participação política dos evangélicos no Brasil, abordando temas como ética, liberdade religiosa e laicidade. Destaca, ainda, que a ausência de diálogo leva à ignorância e enfraquece a cultura política.

O autor desafia o leitor a considerar a religião não como um tabu, mas como um elemento essencial para a compreensão da cidadania e da democracia em uma sociedade plural.

No capítulo 01 - Religião e Estado (pp. 22-46), o autor analisa a história da relação entre religião e Estado e mostra como a fé afetou o governo desde os tempos antigos.

A análise começa com uma visão panorâmica das primeiras civilizações, nas quais a teocracia era a norma e os líderes eram vistos como divinos ou representantes diretos da divindade. Este capítulo destaca como as estruturas de poder e a religião estavam intrinsecamente ligadas, moldando não apenas a política, mas também a vida social e cultural dos povos antigos.

O autor se aprofunda nos detalhes do Estado Egípcio, onde o Faraó era considerado um deus, bem como do Estado Mesopotâmico, onde o monarca agia em nome de Deus, mas não era divinizado.

A discussão avança no Estado Hebraico, onde a lei divina entregue a Moisés guiava a nação tanto espiritualmente quanto politicamente.

O autor informa que, no ano 313, Constantino publicou o Édito de Milão, o qual concedeu aos cristãos liberdade de escolher sua religião. Desse modo, o cristianismo deixou de ser alvo de perseguição, passou a ser aceito e, em seguida, oficial, ganhando mais adeptos e se tornando majoritário.

Finalmente, o capítulo encerra com uma reflexão sobre a transição da religião, que passou de uma força dominante na esfera pública para um papel mais íntimo e pessoal na vida dos indivíduos. O autor argumenta que, apesar das mudanças ao longo dos séculos, a religião continua a ter um papel significativo na política e na formação das leis, uma realidade que ainda reverbera em muitas sociedades contemporâneas.

No capítulo 02 – O Brasil Evangélico (pp. 47-86), o professor Valmir Milomem aborda a influência crescente dos evangélicos no cenário político brasileiro, evidenciada nas eleições presidenciais de 2010 e 2014.

O autor analisa como a religião e questões morais impactaram a esfera pública de maneira contundente, marcando um período de “ativismo religioso” e “messianismo evangélico”. A participação de ministros religiosos e o apoio de denominações a candidatos e partidos são discutidos, refletindo a imersão dessa vertente religiosa na política nacional.

A crítica e as denúncias que acompanham essa participação política são examinadas sob a ótica jurídica, questionando a legitimidade da atuação religiosa no campo político e o suposto abuso de poder por líderes e igrejas evangélicas durante as campanhas.

O capítulo também traz à tona vozes dentro da própria comunidade evangélica que debatem a ética e a teologia do envolvimento eleitoral, seja defendendo uma visão apolítica ou buscando estabelecer limites para um engajamento saudável.

Por fim, o autor propõe uma reflexão sobre os limites éticos e jurídicos que afetam o processo eleitoral, destacando a importância de um debate aberto e respeitoso sobre a participação política evangélica.

A discussão é enriquecida por uma abordagem interdisciplinar que inclui a história da religião na política, a ética cristã na esfera pública e a laicidade do Estado. Este capítulo convida o leitor a ponderar sobre o papel da religião na política e a buscar um equilíbrio entre a fé e a cidadania.

No capítulo 03 – Religião e Política (pp. 87-113), o autor aborda a relação entre religião e política, destacando a importância da participação política dos evangélicos no Brasil. Santos argumenta que, apesar de algumas críticas e questionamentos sobre a legitimidade dessa atuação, é essencial reconhecer o papel dos valores religiosos na esfera pública. Defende, ainda, que a cidadania confere direitos e deveres de participação política democrática, e que a religião não deve ser excluída desse processo.

O texto sugere que a presença evangélica no campo político é um fenômeno consolidado na realidade brasileira, refletindo uma tendência observada em grande parte da América Latina.

O autor examina criticamente as acusações de abuso de poder por líderes e igrejas evangélicas durante as campanhas eleitorais, propondo uma reflexão sobre os limites éticos e jurídicos dessa participação.

Finalmente, o capítulo destaca a necessidade de um debate saudável e construtivo sobre a interação entre religião e política. O autor encoraja uma discussão aberta e respeitosa, reconhecendo a diversidade de opiniões e a importância de encontrar um equilíbrio entre as convicções religiosas e o compromisso com o bem comum na sociedade democrática.

No capítulo 04 - Abuso do Poder Religioso em Matéria Eleitoral (pp. 114-169), o autor aborda a complexa interação entre religião e política no contexto eleitoral brasileiro. O texto destaca como líderes religiosos podem exercer uma influência significativa sobre as decisões políticas de seus seguidores, levantando questões sobre a legitimidade e os limites éticos dessa influência.

O autor examina casos em que a promoção de candidatos dentro de instituições religiosas pode configurar abuso de poder, violando princípios democráticos e a laicidade do Estado.

Valmir Nascimento analisa juridicamente, de modo metuculoso, a legislação eleitoral brasileira e casos julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ele discute como as leis são interpretadas para enquadrar o que constitui abuso do poder religioso, além de enfatizar a necessidade de uma jurisprudência clara que preserve tanto a liberdade religiosa quanto a integridade do processo eleitoral.

O professor conclui com uma reflexão sobre a ética da participação política dos evangélicos e argumenta pela busca de um equilíbrio que permita a expressão de crenças religiosas sem comprometer a equidade e a liberdade de escolha dos eleitores. A discussão é enriquecida por referências a teóricos da ética e da filosofia política, oferecendo uma perspectiva bem fundamentada sobre o tema.

No capítulo 5 - Participação Virtuosa da Religião na Política (pp. 170-211), o autor destaca a importância de uma atuação ética e responsável das entidades religiosas no cenário político, argumentando que, embora a religião tenha um papel significativo na formação de valores e na orientação moral da sociedade, é crucial que haja limites claros para evitar o abuso de poder e a manipulação eleitoral.

A discussão é ampliada com referências históricas e teológicas, oferecendo uma perspectiva equilibrada sobre a relação entre fé e política. O autor ressalta a necessidade de um engajamento político consciente e baseado em princípios éticos por parte dos evangélicos. Ele enfatiza que a parti-

cipação política deve ser motivada pelo desejo de promover o bem comum e não por interesses pessoais ou de grupo.

Reflete, ainda, sobre como as doutrinas cristãs podem informar e guiar ações políticas responsáveis, sem cair em extremos de imposição ou passividade.

Neste capítulo, o autor também aborda os riscos associados à influência excessiva da religião na política. Valmir alerta para o perigo de líderes religiosos exercerem um poder desproporcional sobre seus seguidores, potencialmente comprometendo a integridade do processo democrático.

Finalmente, o autor conclui e faz uma chamada à ação para que os evangélicos busquem uma participação política virtuosa e construtiva. O autor propõe uma reflexão sobre como a fé pode ser uma força positiva na arena política, incentivando os leitores a considerarem cuidadosamente o impacto de suas crenças e ações no espaço público.

Nas Considerações Finais (p. 212-215), o autor analisa a relação entre fé e política. Ao longo da obra, ele transita com maestria pelo tema polêmico e complexo que envolve a participação política evangélica no contexto público-democrático e aborda, ainda, as implicações éticas e jurídicas que surgem quando a religião encontra o domínio público no Estado Constitucional.

Com uma abordagem interdisciplinar, o nobre professor não apenas descortina o papel histórico da religião na formação do Estado, mas também desafia o leitor a considerar a noção de laicidade e o Estado laico. Esta obra é recomendada para todos aqueles interessados na dinâmica entre fé, política, sociedade, democracia, liberdade religiosa e direito.

*Alexandro Santos Oliveira**

*Pastor da Assembleia de Deus na Bahia, membro da CEADÉB – Convenção Estadual das Assembleias de Deus na Bahia. Graduado em Direito, Teologia, Administração e Pedagogia. Especialista em Direito Constitucional e Pós-graduando em Direito Religioso.